



João dos Santos (E) não aceita a negociação

## Tupiniquim negocia terras com Aracruz

O cacique tupiniquim José Sizenando firmou acordo com a companhia Aracruz Celulose, no qual esta última passará a ter o domínio de aproximadamente 700 hectares das terras incluídas na reserva demarcada pelos próprios remanescentes indígenas. Com o acordo, os índios ficarão com cerca de 2.000 hectares de terras e receberão da Aracruz, em troca, barcos e conjuntos de redes para pesca. Frigoríficos para congelamento do pescado, sementes para cultivo de lavouras, merenda escolar gratuita, escola e posto de saúde.

Considerando que os índios são tutelados, portanto não responsáveis por seus atos, é provável que a Funai não aprove o acordo firmado entre o cacique José Sizenando e a diretoria da Aracruz Celulose. Além disso, a negociação feita envolve uma parte da reserva que não foi demarcada pelo órgão oficial, o que pode ocorrer a qualquer momento. Os limites da área indígena foram traçados pelos próprios tupiniquins, somando cerca de 2.700 hectares, mas a Funai não reconhece esta demarcação como definitiva.

Enquanto isto, o cacique dos guaranis, João dos Santos, está aguardando um encontro com representantes da Funai para dizer que não vai aceitar a desagregação de parte da reserva, onde perderia uma extensa área de mangue e um grande terreno usado para pecuária. E ainda impôs condições: "Estamos precisando de uma escola em nossa reserva, mas só vamos aceitar isso se o professor for um índio guarani".

### ACORDO

A tribo remanescente de tupiniquins é composta hoje de 300 pessoas — segundo o cacique José Sizenando — e todos ocupam uma vasta área na localidade de Caieiras Velha, no município de Aracruz, onde de um lado existe o mar e do outro uma plantação de eucaliptos da Aracruz Celulose. Há vários anos aqueles indígenas reivindicam o direito de posse da terra à Funai, chegando mesmo a demarcar as que consideram de sua propriedade nelas incluindo uma porção bastante considerável da plantação de eucaliptos.

Coincidindo com a visita de representantes da Funai, de Brasília, a Caieiras Velha, no final do mês passado, quando foi assegurado a José Sizenando que a demarcação das terras teria início este mês, a diretoria da Aracruz Celulose — conforme relato do cacique tupiniquim — procurou o líder indígena para fazer um acordo em relação a uma parte da área de plantação de eucaliptos. "Foram eles que me procuraram, e só aceitei o negócio depois de ouvir todos os outros índios, que não tiveram nada contra o acordo".

Segundo Sizenando, a Aracruz propôs o retorno a seu domínio de aproximadamente 700 hectares de terras, ocupadas com plantação de eucaliptos. Em troca, ofereceu várias outras coisas, como material de pesca, escola e posto de saúde. E o acordo foi feito: "Mas a Ara-

cruz, como ficou combinado, só vai poder cortar os eucaliptos plantados na área depois que cumprir tudo que ela prometeu a nós", ressaltou o cacique, que não soube precisar a extensão da área negociada, alegando que isto só será possível após a demarcação da Funai.

Quanto à demarcação oficial, o cacique tupiniquim acredita que a reserva terá uma área menor que a atual, baseando-se em contatos mantidos com os representantes da Funai, quando da visita a Caieiras Velha. Assegurou, no entanto, que "vai ficar ainda com uma grande área ocupada pelos eucaliptos da Aracruz, e vai usá-la para fazer suas roças".

Com a demarcação da reserva pela Funai, Sizenando espera que o órgão do governo federal venha a reativar em Caieiras Velha uma escola e uma creche, cujos prédios estão construídos, conforme foi prometido a ele. Estes dois estabelecimentos — o primeiro antes mantido pelo governo estadual e o segundo pela prefeitura de Aracruz — estão sem funcionar há cerca de dois anos, segundo disse.

Os representantes da Funai asseguraram a Sizenando, conforme este afirmou, a retirada imediata dos posseiros de Caieiras Velha, em número de 30 aproximadamente. "Esse pessoal vai ter que sair. Eles vão sair, mas antes vão ser indenizados de acordo com o que têm direito, e receberão outro local para morar", acentuou o cacique.

### GUARANIS

Os 52 índios da tribo guarani, que ocupam a Aldeia Nova Boa Esperança, anexada à reserva tupiniquim, ainda não tiveram nenhum contato com funcionários da Funai. Mas, segundo o representante da tribo, João de Carvalho dos Santos, circularam no local comentários de que a demarcação oficial de suas terras não incluiria uma extensa área de mangue e de pastagem de animais, onde mantêm duas vacas e um bezerro.

A estes comentários eles reagem com veemência, dizendo que o índio tem que ter direito à terra para morar e para viver. "Não vamos aceitar demarcação da Funai desse jeito. Se for para continuar com a área que já demarcamos vamos aceitar, mas, ao contrário, não vamos permitir", sublinhou José de Carvalho dos Santos, ao lado do cacique João dos Santos, que tem dificuldades de se comunicar na língua portuguesa — entre eles, a comunicação só é feita em tupi-guarani.

Tanto os tupiniquins quanto os guaranis querem que a Funai faça um convênio com o Hospital São Camilo, localizado na cidade de Aracruz, que lhes permita o internamento em caso de doença. Nas condições atuais, os indígenas só têm direito a consultas quando autorizados pelo chefe do posto da Funai — este não fala à imprensa —, enquanto o internamento só tem sido possível se autorizados pelo Funrural, situação que não querem mais.

## Antropólogo é contrário à emancipação dos índios

Salvador — O antropólogo Pedro Agostinho, da Universidade Federal da Bahia, declarou ontem que o projeto de emancipação do índio, que volta a ser cogitado pela Funai, "é a maneira que o Estado, está procurando para se furtar à obrigação constitucional de proteger os índios contra os interesses econômicos regionais e a discriminação social".

Segundo Pedro Agostinho, que é coordenador da comissão especial de assuntos indígenas da Associação Brasileira dos Antropólogos, a entidade tem posição "radicalmente contrária" à emancipação do índio. O projeto, acentuou, "é também uma forma de enganar a opinião pública deliberada e inescrupulosamente, e um ato profundamente lesivo à integridade biológica, cultural, social e psicológica dos índios".

Na sua opinião, há interesses econômicos poderosos por detrás da emancipação do índio. "O projeto vai permitir que grandes e pequenos interesses e o preconceito trabalhem no

sentido da extinção e desagregação das sociedades indígenas", disse Pedro Agostinho, lembrando que esta emancipação foi cogitada no governo Geisel pelo ex-ministro do Interior Rangel Reis, mas "derrotada pela opinião pública nacional e internacional".

"A Funai está fugindo às suas responsabilidades, ao se furtar ao dever constitucional de proteger o índio. O projeto anterior e o atual chocam com os preceitos constitucionais, com o Estatuto do Índio, a legislação que proíbe o genocídio e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Ele é profundamente destinado a prejudicar o índio brasileiro", acentuou.

Retirar do índio a proteção e tutela constitucional, segundo o antropólogo, facilita a subjugação das comunidades indígenas às imposições de grupos dominantes da sociedade nacional. Por esta razão, acentuou, "os antropólogos do Brasil estão comprometidos com a defesa das minorias raciais e, especificamente, do índio".